

## TEORIA DAS REALIDADES CULTURAIS DIFERENTES

Amauri Meireles, Ten Cel PM

Lúcio Emílio do Espírito Santo, Cap PM

### 1. INTRODUÇÃO

*"Quem teme perder já está derrotado"*  
(Napoleão)

O Brasil é um país continental. Com uma área de 8.511.965 km<sup>2</sup>, nosso país é um dos maiores do planeta, ocupando a quinta posição, apenas perdendo para a União Soviética, Canadá, China e Estados Unidos.

Seu relevo, longe de ser uniforme, apresenta grande diversificação. Mais ou menos 41% do nosso território é coberto por terras cujas altitudes estão abaixo de 200 metros. As terras, cujas altitudes estão entre 200 e 900 metros, ocupam a maior parte, ou seja, 56% do território. As de altitude superior a 900 m cobrem somente 3% do território. Por conseguinte, os planaltos são as formas de relevo dominantes no Brasil, alternando-se com as planícies, das quais a mais importante é a Amazônica.

Variando com o relevo, nosso clima vai do temperado ao equatorial, do seco ao úmido. No nosso país, tanto a chuva como a seca costumam constituir causas de calamidade, matando e danificando o patrimônio. Temos regiões desérticas, como o agreste nordestino, e reinos praticamente indevidos, como certas regiões da Amazônia.

As caatingas do interior nordestino, de elevadas temperaturas e de pouca chuva, os cerrados matogrossenses e goianos, o babaçu, a carnaúba, os pinhais paranaenses, a extraordinária floresta Amazônica, o pantanal e as belas praias cariocas, nos falam da imensa riqueza dessa terra e de sua extensa variedade paisagística.

Neste cenário magnífico, existe o elemento humano, o povo brasileiro, esse conjunto de pessoas que habitam nosso imenso território, submetem-se às mesmas leis e, apesar da invasão cultural de que são vítimas, consegue manter traços culturais próprios, presentes na religião, nos hábitos, nos costumes e na tradição.

Como se formou esse povo?

Quando os portugueses chegaram ao Brasil, em 1500, já encontraram inúmeras comunidades aqui radicadas — os índios. A esses dois tipos raciais, associou-se o elemento negro. Portugueses, negros e indígenas são os principais grupos étnicos que formaram o povo brasileiro. Depois deles vieram para o Brasil muitos outros povos: italianos, espanhóis, alemães, sírios, libaneses, japoneses e outros. A sociedade brasileira é constituída, portanto, por pessoas originadas da miscigenação de todos esses povos, que para cá trouxeram costumes, crenças e tradições. Entretanto, é dos portugueses que nossa cultura conserva mais elementos. Foi desse povo que recebemos a língua, a religião, costumes e tradições, que aqui se aclimataram e com transformações determinadas pelo espaço e pelo tempo.

Os portugueses trouxeram, portanto, todo o peso de sua civilização, fazendo quase desaparecer a cultura, mais fraca, dos nossos índios e dos africanos. O hábito de dormir em redes, o uso da mandioca e muitas lendas como a da iara, do saci e do caipora são resquícios das sociedades autóctones, primitivos habitantes do Brasil. Também são de origem indígena muitos nomes de cidades, comidas, animais, de largo uso no idioma moderno; tapioca, tatu, paca, cipó, caatinga, aipim, jacaré, jacarandá, Paraná, Itararé, Pirapora, etc.

Na cultura brasileira, dos negros ficaram o tempero, como a pimenta e o azeite de dendê; alimentos, como o vatapá, o acarajé, o cuscuz; instrumentos musicais como o reco-reco, o tamborim, o berimbau, o zabumba. Dos negros recebemos também cultos religiosos, como a macumba e o candomblé; ritmos, como o samba e palavras como quitute, moleque, cachaça, etc.

Nossa densidade demográfica é hoje de 14,23 hab km<sup>2</sup>. Entretanto, algumas regiões são mais povoadas que as outras, porque apresentam melhores condições de clima, relevo e solos mais favoráveis à agricultura. As áreas industriais são também mais densamente povoadas que as agrícolas.

As faixas litorâneas apresentam uma densidade demográfica de mais de 100 habitantes por km<sup>2</sup>, enquanto que no centro e na região amazônica essa relação é de menos de 1 habitante por km<sup>2</sup>.

Dois coisas costumam ser apontadas para essa ocorrência: a primeira se refere à barreira representada pelas escarpas do Planalto Brasileiro, que formam grande muralha, separando o litoral do interior. Para os primeiros colonizadores, isso dificultava muito a penetração no interior. A outra razão, para que se permanecesse no litoral, reside no fato de que o Brasil só veio produzir bens de consumo em escala industrial a partir da República. Roupas, alimentos, armas, etc. vinham da Europa por mar. No interior, era quase impossível receber essas mercadorias.

Quando se medita na diversidade geográfica racial de nosso país, verifica-se que constitui façanha inédita a manutenção da unidade e integri-

dade desse país-continente ao longo de seus quase quinhentos anos de história. Comunidades viviam praticamente isoladas, já que só recentemente se desenvolveram as comunicações, e nem por isso deixaram de integrar a grande sociedade brasileira, apesar da forte coesão cultural que as caracterizam.

A divisão política em Estados, calcada ainda na divisão de terras coloniais em Capitânicas, obedeceu a estes traços culturais até hoje visíveis na diversidade dentro da unidade federativa.

Essa sociedade, que a duras penas conquistou sua liberdade política e vem lutando valentemente para alcançar a independência econômica, com o mínimo de dissensões e derramamento de sangue irmão, escreveu também páginas admiráveis ao responder às suas necessidades de segurança, buscando fazê-lo com irrepreensível zelo e consciência cívica.

A história da polícia no Brasil está povoada de profissionais capazes, honestos e dedicados, que souberam honrar e dignificar a função, prestando assim inestimáveis serviços à sociedade brasileira, ajudando-a a alcançar os seus elevados fins.

A história da polícia no Brasil tem a avalizar o seu patriotismo, o seu espírito público e grandiosidade, a figura do Alferes Tiradentes, o protomártir de nossa Independência, modelo de cidadão e de verdadeiro profissional de segurança pública.

Quantos e quantos nesses quase cinco séculos de história, no seu anonimato, ofereceram a vida em benefício da tranqüilidade pública, regando com seu sangue a causa imortal da proteção, do socorro e da recondução social?

Quantos souberam no seu humilde silêncio, nas madrugadas sombrias, nas diligências penosas, nos mais distantes rincões desse país, exercer com sublimidade o seu ofício, criando condições objetivas e subjetivas para o crescimento de nossa sociedade?

Cada Polícia Militar guarda nos seus anais recônditos a saga do PM, esse bravo defensor da comunidade, admirado e respeitado pela sua firmeza, pela sua filosofia de vida e pela sua dedicação ao dever.

Cada comunidade tem histórias e lendas sobre o soldado e os integrantes da Polícia que mais de perto com ela se relacionam — manancial inesgotável dos laços culturais que os envolvem.

O PM é homem tirado do próprio povo e que a ele retorna com missão de proteger, socorrer e reconduzir o organismo social. Não é uma abstração, mas um homem como os outros, depositário das crenças, dos hábitos e dos costumes de sua comunidade e, ao mesmo tempo, seu fiel escudeiro e defensor.

A esse homem, preocupado apenas em trabalhar pela sociedade, bastava a consciência tranqüila do dever cumprido. Em momento algum de sua história, jamais foi visto apregoando a excelência de seu trabalho. Jamais lhe ocorreu ter um dia que comparecer perante o tribunal da opinião pública para desfazer generalizações e preconceitos, incentivados por alguns profissionais da insegurança.

O século XX tinha, enfim, revelado a sua verdadeira face!

A Teoria das Realidades Culturais Diferentes, cujo esboço tentaremos tracejar nesta palestra, é mais que uma resposta aos que, consciente ou inconscientemente, dão ênfase a aspectos negativos, generalizando-os ou enfocando problemas locais como se fossem nacionais. É uma proposta.

Propomos aos nossos companheiros a meditação sobre o papel da polícia na sociedade moderna. Propomos-lhes uma excursão pelo campo, ainda por nós inexplorado, da Antropologia, ciência auxiliar da Policiologia, e com as luzes daquela disciplina aclarar mais um ângulo da nossa profissão — a visão da polícia como resposta cultural peculiar, às necessidades de segurança da sociedade.

## 2. SOCIEDADE E CULTURA

### a. Conceito de sociedade

Conquanto haja o homem surgido na face da terra há, pelo menos, cem mil anos, data de pouco mais de seis mil anos o surgimento das primeiras sociedades humanas, com grau relativamente elevado de organização.

Mesmo nas formas mais rudimentares de convivência, a sociedade tem seu fundamento último na chamada “natureza humana”, definida como feixe de necessidades básicas do homem — muito mais complexas neste que nos animais irracionais — às quais deve satisfazer, se não quiser perecer.

Todo ser humano tem necessidade de respirar, dormir, alimentar-se, descansar, procriar, abrigar-se e uma série de outras necessidades, próprias de seu organismo físico. Algumas ele pode satisfazer individualmente. Outras, porém, as mais importantes, por sinal, só poderão ser supridas em sociedade, como procriação (ligada à perpetuação da espécie), a segurança e a alimentação (ligadas à sobrevivência).

É, portanto, a “natureza humana” o primeiro impulso que levaria o homem a formar grupos organizados e permanentes. É também neste sentido que se deve entender a afirmação de Aristóteles, segundo o qual o “homem é um animal político”, ou seja, é um animal sociável, incapaz de existir a não ser em sociedade, na cidade, na “polis” — expressão mais avançada de organização do grupamento humano.

A compreensão do verdadeiro sentido de sociedade só é obtido a partir do aprofundamento do estudo da chamada "natureza humana", à qual está ligada também a cultura.

Outros conceitos podem ser aqui apresentados, para comparação e análise.

Jay Rumney e Joseph Maier (1) utilizam do nome "sociedade" na acepção mais alta, abrangendo toda espécie e grau de relações de que os homens participam, quer sejam organizados ou não, diretas ou indiretas, conscientes ou inconscientes, cooperativos ou contrários. Compreende toda a tessitura das relações humanas e não possui limites ou confins demarcativos.

Advertem, ainda, aqueles autores, que a Sociedade, segundo esta acepção genérica, não deve ser confundida com uma sociedade ou grupo social, que é uma reunião definida de indivíduos, dotada de certa permanência (o que a diferencia de uma multidão temporária), e cujos membros possuem relações explícitas entre si. Uma sociedade destas tem sua história própria e uma estrutura identificável que a distingue das demais. Os indivíduos que constituem uma sociedade devem conhecer seus direitos e deveres, e sempre que a divisão do trabalho não for meramente rudimentar, devem cooperar de certa forma para ganhar a vida; suas relações, por conseguinte, caracterizam-se por serem recíprocas e interdependentes.

#### b. Conceito de cultura

Alguns antropólogos definem necessidade como um estado de tensão ou impulso, determinado pelo estado fisiológico do organismo e que requer uma solução (satisfação). Suponhamos que se suspenda, temporariamente, a respiração de um indivíduo. "Sabemos todos nós, diz Malinovski (2) o que é essa sensação por experiência pessoal. O fisiólogo pode definir-lhe em termos de processos bioquímicos nos tecidos, em termos da função de circulação, de contribuição dos pulmões e dos processos de oxidação e monóxido de carbono". Ao cientista social, porém, interessam as consequências dessas necessidades como força criadora e fundamento da sociedade.

O processo, que se inicia no surgimento da necessidade na consciência e termina com a satisfação, presente em todas as sociedades, pode ser visualizado neste quadro:

---

(1) RUMNEY, JAY e MAIER, JOSEPH: MANUAL DE SOCIOLOGIA (ZAHAR, 1975)

(2) MALINOVSKI, BRONISLAW: UMA TEORIA CIENTÍFICA DA CULTURA (ZAHAR, 1970)

IMPULSO (A)	ATO (B)	SATISFAÇÃO (C)
Tendência a respirar, aspiração de ar	inspiração de oxigênio	eliminação de CO <sub>2</sub> dos tecidos
fome	ingestão de alimento	saciedade
sede	absorção de líquido	saciedade
apetite sexual	conjugação	desintumescência
fadiga	repouso	restauração da energia muscular e nervosa
desassossego	atividade	satisfação de fadiga
sonolência	sono	despertar com energia restaurada
pressão da bexiga	micção	remoção de tensão
pressão do intestino	excreção	relaxamento abdominal
medo	fuga do perigo	relaxamento
dor	evitação por ato efetivo	volta ao estado normal

O ser humano não é, porém, só “natureza”, mas é também espírito, razão, inteligência. Usando estes atributos, as respostas que procura dar às necessidades não só variam no espaço e no tempo, como também encerram a idéia de progresso, isto é, tendem a ser cada vez melhores, cada vez mais eficazes. Centrada em cada uma das necessidades humanas, há uma constelação de procedimentos, típicos de cada sociedade, mediante os quais as necessidades são satisfeitas. A estes procedimentos dá-se o nome genérico de cultura — a primeira consequência da vida em sociedade.

É bom esclarecer, desde já, que a palavra cultura comporta um número indefinido de delineamentos diferentes, o que pode causar certa dificuldade de entendimento. Felix Keesing (4) nos dá boa explicação a respeito do emprego da palavra: às vezes, se diz “fulano é culto” ou “ele tem cultura”. Queremos dizer que a pessoa é hábil nas artes ou nas figuras sociais. Cultura é também usada neste sentido pelos autores humanistas. O sentido científico, uma vez dominado, aproxima-se mais do sentido original da palavra, que é derivada do verbo latino “colere” (cultivar ou instruir) e do substantivo “cultus” (cultivo ou instrução). Cultura, no sentido mais amplo, é o comportamento cultivado, isto é, a totalidade da

(3) MALINOVSKI, BRONISLAW: UMA TEORIA CIENTÍFICA DA CULTURA (ZAHAR, 1970)

(4) KEESING, FELIX: ANTROPOLOGIA CULTURAL (FUNDO DE CULTURA, 1958)

experiência adquirida e acumulada pelo homem e transmitida socialmente, ou ainda, o comportamento adquirido por aprendizado social.

Félix Keesing fornece, ainda, conceitos extraídos de outros autores e que poderão ajudar na compreensão do termo;

Tylor — Cultura é “aquele todo complexo que compreende o saber, a crença, a arte, a moral, o direito, o costume e quaisquer outras qualidades e hábitos adquiridos pelo homem na sociedade”.

Linton — Cultura “a soma de conhecimentos, atitudes e padrões habituais de comportamento partilhados e transmitidos pelos membros de determinada sociedade”.

Gluckholhn e Kelly — Cultura “são todos os padrões de vida historicamente criados, explícitos e implícitos, racionais, irracionais da conduta dos homens”.

Krober — Cultura é “a massa de reações motoras, hábitos, técnicas, idéias e valores adquiridos e transmitidos — e o comportamento deles decorrentes”.

Os estudiosos colocam como caracteres gerais da cultura os seguintes aspectos:

- 1) a cultura é aprendida
- 2) a cultura deriva dos componentes biológicos
- 3) a cultura está estruturada
- 4) a cultura está dividida em aspectos
- 5) a cultura é dinâmica
- 6) a cultura é variável
- 7) a cultura apresenta regularidades que permitem sua análise por meio dos métodos da ciência
- 8) a cultura é o instrumento por meio do qual o indivíduo se ajusta a seu cenário total e adquire meios de expressão criadora. (5)

c. Cultura como resposta às necessidades básicas

A cada necessidade do organismo humano corresponde uma resposta cultural, variável no tempo e no espaço, segundo a sociedade. A moradia, por exemplo, satisfaz à necessidade de conforto corporal. Desde a rudimentar caverna até os arranha-céus modernos, há uma enorme diversidade de respostas culturais encontradas: barraco, palhoça, palafita, sobrado, iglu, edifício, castelos, para ficar somente nas formas mais modernas de abrigo.

---

(5) KEESING, FÉLIX: IDEM, OBRA CITADA.

As necessidades humanas podem ter um dos seguintes núcleos:

- 1.º Metabolismo (fome, sede, etc.)
- 2.º Reprodução
- 3.º Confortos corporais
- 4.º Segurança
- 5.º Movimento
- 6.º Crescimento
- 7.º Saúde

Estas necessidades, conforme já se estudou, não estão no mesmo nível. Há uma hierarquia entre elas, que Maslow representa no triângulo que leva o seu nome.



As respostas culturais serão dadas segundo esta hierarquia. Por esta razão, as instituições mais antigas são aquelas ligadas à produção de alimentos e à segurança.

#### d. Necessidade de Segurança e Controle Social

Assim como a necessidade de confortos corporais tem como resposta cultural o aparecimento da casa de alvenaria, da carroça, do arado, da carruagem, do automóvel, do telefone, do avião, etc. e todo o conhecimento que torna possível a fabricação desses objetos, a necessidade de segurança enseja, como resposta cultural, a criação de mecanismos que podem ser, genericamente, designados de Controle Social.

Conforme se sabe, “a segurança refere-se a danos corporais, por acidente mecânico, ataque por parte de animais ou outros seres humanos”. O grupo não sobreviverá se não estiver protegido contra riscos reais ou potenciais aos bens mencionados.

Comentando esta necessidade que, na sua classificação, ocupa a segunda posição, Maslow afirma que, normalmente, a sociedade pacífica e eficiente proporciona a seus membros bastante segurança, pretendendo-os de animais selvagens, temperaturas extremas, crimes, assaltos, assassinatos, tiranias, etc.

O conceito de segurança como conjunto de medidas visando a eliminar riscos é uma constante em todas as sociedades, desde as mais primitivas até as mais avançadas.

Todos os povos parecem distinguir os perigos em dois grupos fundamentais:

— Os naturais, representados por perigos oriundos da própria natureza ou outros agentes inanimados ou irracionais. Tais são a construção de casas sobre estacas em lugares sujeitos a inundação ou telhados em ângulo agudo para evitar que desabem sob o peso da neve;

— Humanos, representados por indivíduos ou grupos de pessoas. Podem se subdividir em agentes externos (tribos, nações e clãs inimigas) ou agentes internos (criminosos, malfeitores, pessoas do próprio grupo considerado).

Contra os inimigos externos a defesa pode ser física, como a construção de barreiras, muralhas, fortalezas, etc. Contra os agentes do próprio grupo, a defesa se faz, sobretudo, através dos mecanismos de Controle Social.

### 1) *Mecanismos de Controle Social*

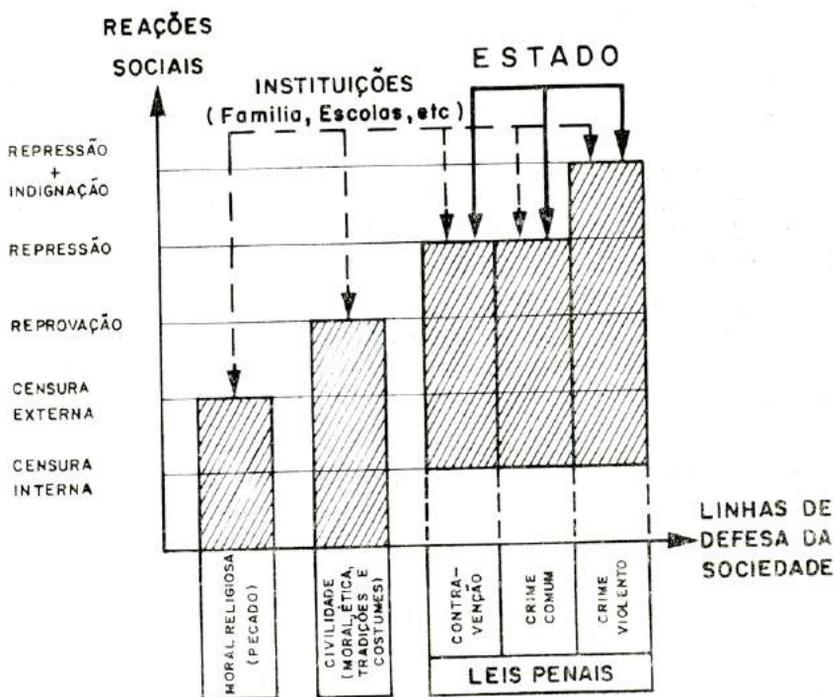
O Controle Social se expressa sob a forma de normas de conduta, que determinam padrões e valores, que a sociedade considera “normal”, “bom”, “direito”. O aspecto normativo é requisito de integração e ordem social: “espera-se que os membros do grupo adaptam suas ações, normas e regras estabelecidas”.

O conceito de Controle Social é muito amplo. Incluem desde as regras de civilidade, normas de trato e etiqueta até as normas coercitivas do direito. As instâncias ou instituições sociais encarregadas de seu exercício são também numerosas e vão da família às penitenciárias.

Costuma-se fazer distinção entre Controle Social formal e o informal. O Controle Social formal é constituído por normas escritas de comportamento, como os regulamentos, os estatutos e a lei — o mais formal de todos os mecanismos de Controle Social. Os informais são representados pelos costumes grupais, hábitos regionais e usos.

## 2) Instâncias de Socialização

O indivíduo socializado, o contrário, portanto, do "homo ferus", é aquele que se comporta segundo as normas e cânones estabelecidos pela sociedade. A partir do instante em que o indivíduo é recebido no grupo, seja pelo nascimento, seja pela imigração, a sua socialização é obrigatória. Ou seja, nenhum membro da sociedade pode descumprir as normas aceitas sem provocar uma reação, de intensidade e conseqüências variáveis, nos demais integrantes da sociedade. O quadro abaixo ilustra os vários graus de reação social ao descumprimento das normas:



Conforme se pode depreender deste diagrama, a função do direito "é a de socialização em última instância, pois sua presença e sua atenção só se fazem necessárias quando já as anteriores barreiras que a sociedade ergue contra a conduta anti-social foram ultrapassadas, quando a conduta social já se apartou da tradição cultural aprendida pela educação para, superando as condições de mera descortesia, simples imoralidade e mesmo pecado, alcançar o nível mais grave do ilícito ou, tanto pior, do crime". (6)

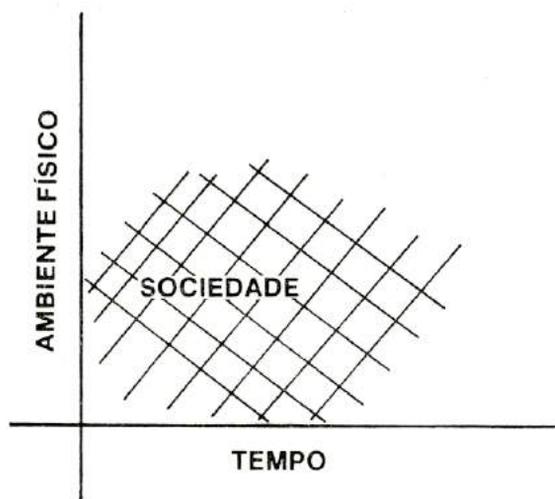
(6) KEESING, FELIX: IDEM, OBRA CITADA.

### e. Realidade Cultural

Vimos que cultura é o conjunto de respostas que uma sociedade dá às suas necessidades fundamentais. Estas respostas são condicionadas por uma série de fatores, variáveis segundo espaço e o tempo.

Os conceitos de "habitat" ou ambiente físico e de tempo, portanto, são fundamentais para o estudo do comportamento cultural. Os seres humanos, como é sabido, vivem, necessariamente, em um meio natural, sofrendo influências várias da temperatura, clima, topografia, disponibilidade de determinados recursos e outras condições existentes que influenciam seu estilo de vida. As respostas culturais se moldam a esse "habitat": moradia, produção de alimento, organização familiar, guardam relação com o ambiente físico. Também a constituição, definida como totalidade de características biopsicológicas do indivíduo e do grupo, está relacionada com "habitat", determinando traços culturais específicos.

Do quadro acima depreende-se que a vida cultural pode ser estudada como fenômeno regional.



Variando qualquer uma daquelas coordenadas, haverá respostas diferenciadas para os diversos tipos de necessidades. Haverá uma cultura peculiar a cada grupamento humano, dependendo do ambiente físico em que vive e do tempo em que se situa.

Por realidade cultural designamos as respostas que uma coletividade dá às suas necessidades básicas num determinado tempo e lugar.

Dentro desse prisma, pode se falar numa realidade cultural nordestina, mineira ou carioca, porque, embora haja, como se verá, forças que atuam no sentido da universalização, cada região possui modos peculiares de responder às suas necessidades básicas.

## f. A Configuração Universal da Cultura

Da comparação entre as numerosas alternativas do costume, em todo o mundo, os estudiosos costumam depreender elementos comuns a todas as culturas. Wassler deduziu nove categorias de componentes universais da cultura:

- 1) Discurso: linguagem, sistema de escrita, etc.
- 2) Traços materiais: hábitos alimentares; abrigo; transporte e viagem; vestuário; utensílios; instrumentos, etc.; armas; ocupações e indústrias.
- 3) Arte: gravura, pintura, desenho, música.
- 4) Mitologia e Conhecimento Científico.
- 5) Práticas Religiosas: formas ritualistas; tratamento de doentes, tratamento dos mortos.
- 6) Sistemas Familiar e Social: formas de casamento; métodos de contar parentescos; herança controle social; esportes jogos.
- 7) Propriedade: pessoal e imobiliária; padrões de valores e trocas; comércio.
- 8) Governo: formas políticas; processos judiciais e legais.
- 9) Guerra. (7)

Estas categorias são encontradas em todas as comunidades, mesmo as mais rudimentares, e constituem núcleos a partir dos quais a cultura se desenvolve.

## g. O Fenômeno da Aculturação

Ocorrência freqüente na vida cultural é o contato com povos de culturas diferentes, ocasião em que ocorre o intercâmbio de elementos culturais entre eles. Tal processo se chama aculturação.

A aculturação pressupõe, portanto, uma cultura doadora e uma cultura receptora.

Há também várias modalidades da aculturação, das quais destacamos:

. Aculturação voluntária — baseada em contatos ocasionais entre dois grupos; e

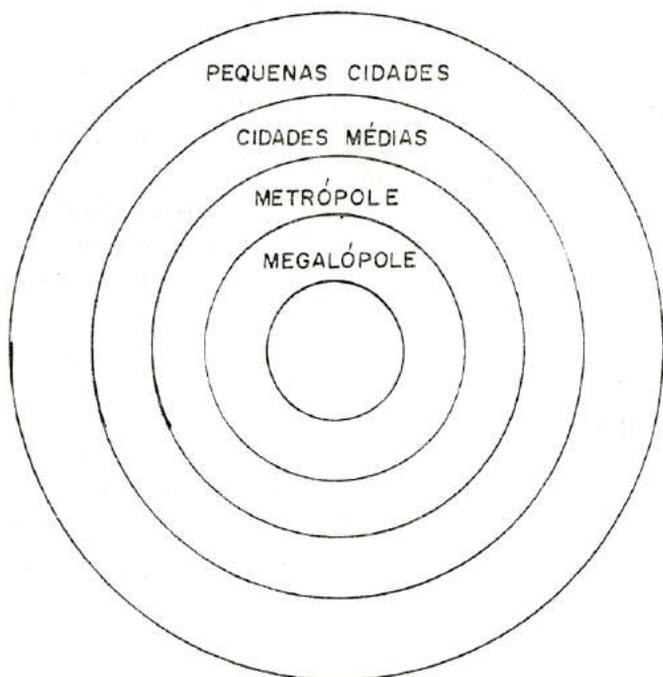
. Aculturação compulsória — quando há um sistema a impor uma determinada cultura através da coação psicológica e até física.

Como cultura receptora, ou seja, sociedade que não possui uma forma própria de responder às suas necessidades, mas recorre, para esse fim, a culturas mais avançadas, há, no Brasil, uma hierarquização das várias comunidades com relação à importação cultural.

---

(7) RUMNEY, JAY e MAIER, JOSEPH: MANUAL DE SOCIOLOGIA (ZAHAR, 1975)

A assimilação se dá a partir dos grandes centros, que, aos poucos difunde os novos elementos às médias e pequenas comunidades. A forma de imposição da cultura alienígena é geralmente a publicidade massiva dos órgãos de comunicação social que operam em rede.



Inúmeros problemas surgem, então, sendo um dos mais notáveis a perda progressiva e irreparável da identidade cultural dos vários grupos que compõem a sociedade.

Tais grupos normalmente abandonam os seus hábitos seculares, deixam de dar as respostas culturais que a tradição lhes ensinou, para assimilar outras que lhes são estranhas, embora mais eficientes.

Nas cidades interioranas, o cabloco fazia seu sabão de soda e com ele resolvia os problemas de limpeza. Diante do sabão em pó, que lava mais branco, custa pouco, etc., o velho hábito é abandonado.

A cultura do consumo arranca o camponês de sua terra, onde produzia o suficiente para alimentar a si e sua família, e o lança na megalópole, sob promessas de vida melhor e mais amena. O resultado é a inchação dos grandes centros, a multiplicação dos problemas de moradia, transporte, etc. a criminalidade e a violência.

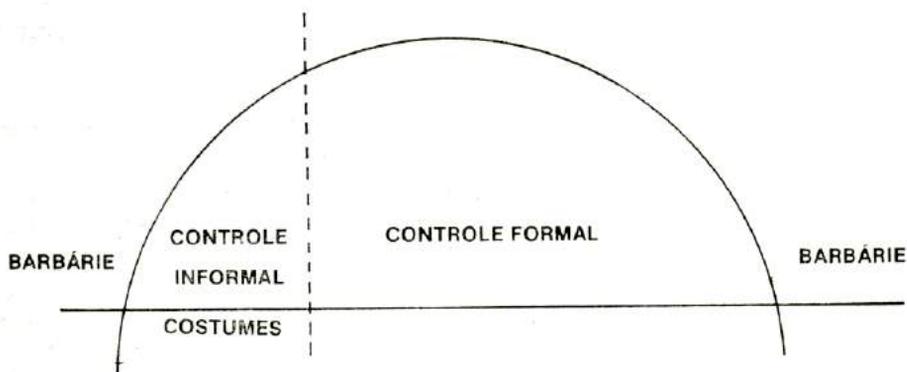
Os pequenos centros são também considerados "inferiores" se não assimilam os padrões culturais alienígenas. Há sempre na gente interiorana aquele sentimento de inferioridade, que dá origem ao desejo de ir para a

cidade grande — cheia de arranha-céus, ruas asfaltadas, movimento intenso, coisas mirabolantes para ver e apreciar.

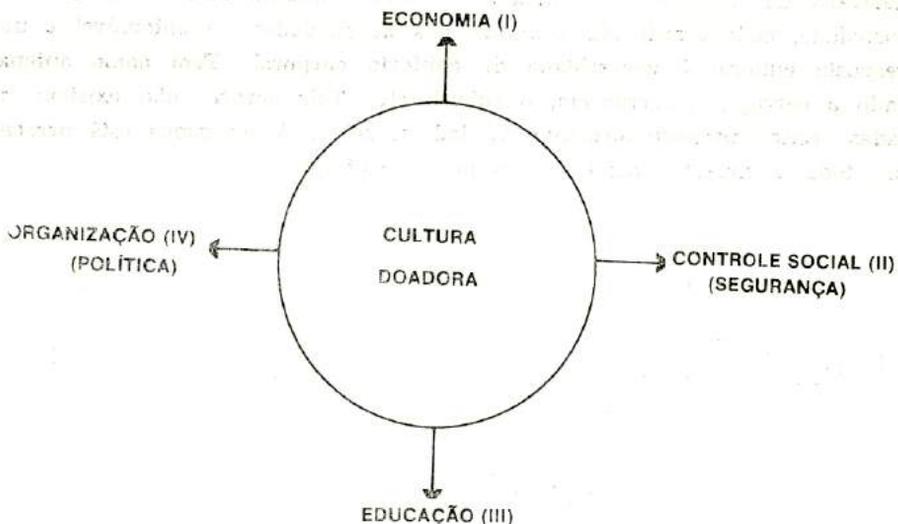
Prevalece nessa gente a suspeita de que, mais cedo ou mais tarde, a vida do lugarejo entrará “na onda” do progresso. Portanto, de nada vale preservar hábitos, que hão de ser, fatalmente, sufocados pela cultura de fora.

No que tange à polícia, já se advinham as contradições em que se vê mergulhada e que não pode resolver. Um dos efeitos mais arrasadores da aculturação imposta é a destruição dos mecanismos de controle social. Há mudança radical nos valores morais, éticos e cívicos, sobre os quais se assentam as normas de controle informal. Sua desorganização faz com que percam sua função de opor obstáculos ao descumprimento de normas de direito, último recurso da socialização. Sem os mecanismos de controle preliminares, a incidência criminal aumenta. A sociedade passa a contar, única e exclusivamente, com a polícia para o controle social, quando sabemos que o direito é a última instância, o último recurso da sociedade para proporcionar segurança.

Nessa situação, é fácil concluir que haverá um número elevado de indivíduos prontos a delinquir. Do crescimento desordenado e acelerado da “clientela” do judiciário e do sistema carcerário, resultará a impunidade. Esta é incentivo à reincidência, ao uso de violência, a uma ousadia cada vez maior por parte do delinqüente.



A cultura receptora tende a importar a totalidade de respostas culturais alienígenas, inclusive, as relativas às necessidades de segurança.



**Imperativos:**

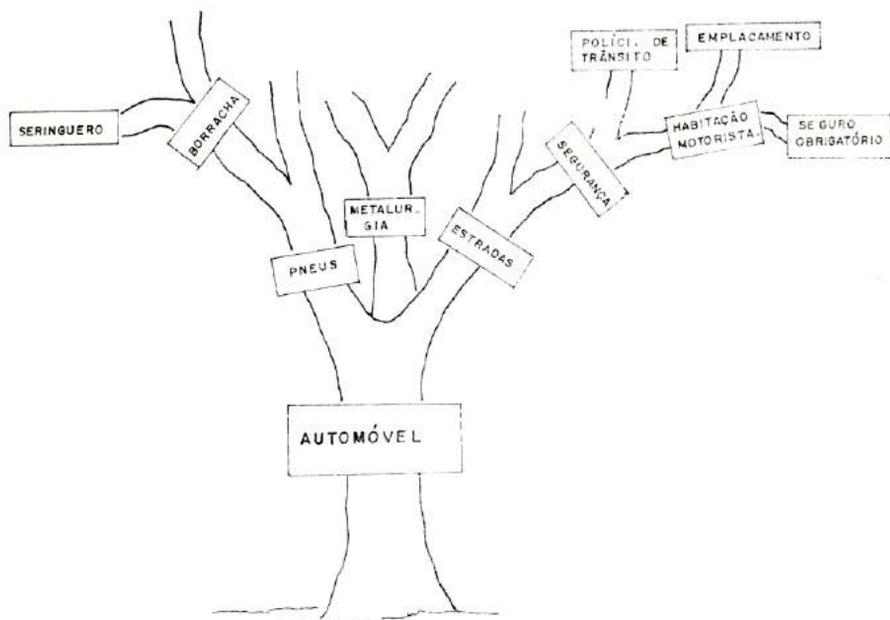
- (I) Aparelhagem cultural de implementos e bens de consumo deve ser produzida, usada, conservada e constituída por nova produção.
- (II) O comportamento humano, no tocante aos seus preceitos técnicos legais, costumeiros ou morais deve ser codificado, regulamentado em ação e sanção.
- (III) O material humano com o qual cada instituição é mantida deve ser renovado, preparado e provido com pleno conhecimento da tradição tribal.
- (IV) A autoridade dentro de toda instituição deve ser definida, aparelhada com poderes e meios de executar pela força suas ordens. (8)

**1) Respostas Culturais Primárias e Derivadas**

As respostas culturais podem se subdividir em primárias e derivadas. Por resposta primária deve-se entender aquela que atende imediatamente à necessidade, como o alimento — fome. O arado é uma resposta

(8) MALINOVSKI, BRONISLAW: UMA TEORIA CIENTÍFICA DA CULTURA (ZAHAR 1970).

derivada da necessidade fisiológica — fome. Quanto mais desenvolvida a sociedade, mais ramificada a árvore das necessidades. O automóvel é uma resposta cultural à necessidade de conforto corporal. Tem como antepassado a carroça, a carruagem, o tilburi, etc. Tais árvores não existem isoladas. Entrecruzam-se formando verdadeira selva. A segurança está presente em toda a floresta social das respostas culturais.

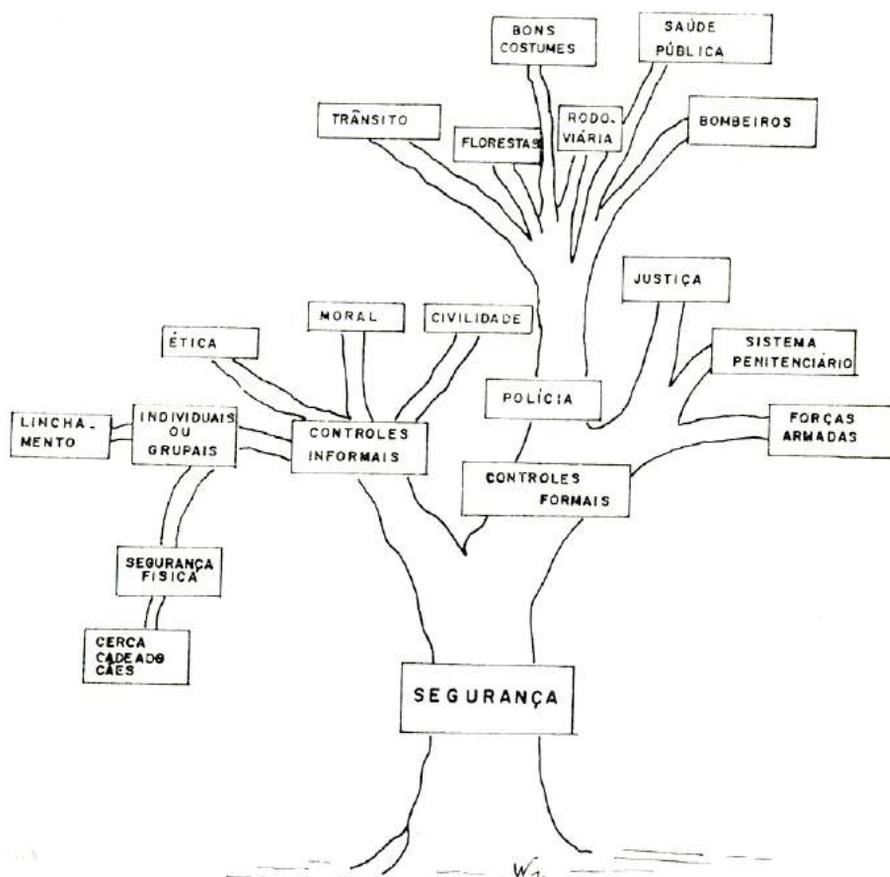


A árvore cultural da carroça é pouco complexa. Não envolve senão umas quinze respostas derivadas como a criação de animais, a fabricação do reduzido número de peças de ferro, couro, etc. Já no automóvel são centenas de milhares de respostas culturais derivadas, que vão desde a indústria metalúrgica até o lavador de carros, vigias e estacionamentos pagos.

A simples presença de um elemento cultural deste tipo numa comunidade é suficiente para a transformação de seus hábitos culturais. A televisão acabou com os serões familiares, com as rezas à noite, com as brincadeiras infantis, causando também o quase desaparecimento das festas folclóricas.

Os contos de fundo moral, os provérbios, as lendas, que têm mais a função social de aclarar na mente humana os parâmetros do bem e do

mal, do certo e do errado, também aos poucos vão desaparecendo. Sem estes reforços, o controle informal torna-se fraco, incapaz de funcionar como obstáculo a transgressões mais graves às normas formais.



A configuração dessa árvore não é necessariamente a mesma em todas as culturas. De acordo com o ambiente físico, o tempo, a índole do povo, a estrutura e conjuntura, o perfil da árvore se modifica.

### 3. TEORIA DAS REALIDADES CULTURAIS DIFERENTES

#### a. Conceituação

Com o que dissemos até agora, acreditamos haver lançado alguma luz sobre o funcionamento da sociedade humana, esse agregado mais ou menos permanente de indivíduos que dividem entre si as tarefas de atender às suas necessidades básicas. Cultura é o conjunto das respostas que uma sociedade oferece através da pesquisa, da análise, da ciência, à solução de

suas necessidades fundamentais. Como vimos, a segurança é uma das mais importantes e prementes necessidades do organismo humano e, no plano social, do grupo organizado. A sociedade se vê na contingência, a partir de sua edificação, de resolver esse problema. Ainda que nesse primeiro momento ela empregue soluções precárias que resolvam imediatamente o problema, a resposta cultural sempre aspira à eficiência, à eficácia. O grupo social investiga, procura as melhores e mais adequadas soluções.

Nessa busca incessante e incansável de respostas culturais eficientes, a sociedade sofre inúmeras limitações, pois todo elemento da cultura é produto da conjugação de uma série infinita de fatores. Veja-se a árvore do automóvel. Inúmeras dificuldades tiveram que ser vencidas antes de se conseguir fabricar um automóvel. Este trabalho envolve uma série de produtos que, associados, darão o produto final: pneus, bateria, bancos, lâmpadas, combustível, estradas, matéria-prima (ferro e outros metais). A falta de um só desses elementos pode comprometer a qualidade ou até inviabilizar o fabrico do automóvel.

Por outro lado, as dificuldades são afetadas na medida em que o meio ambiente oferece essa possibilidade. A crise do petróleo e seu elevado preço, pago em dólares, já teria tornado inviável o uso do automóvel no Brasil, não fora a solução do "álcool". Automóvel a combustível vegetal é um traço característico da cultura nacional, que pode solucionar um problema utilizando-se de uma potencialidade local: a extensão territorial e facilidade do cultivo de cana-de-açúcar.

Com a necessidade de segurança ocorre o mesmo. Num primeiro momento, a comunidade, diante dos riscos potenciais e reais, procura soluções imediatas, sem preocupação com a qualidade. Nos primórdios da nossa história, os descobridores, para defenderem a terra da cobiça de outros povos, organizavam forças, lançavam mão de índios e de quem quer que fosse, sem nenhum cuidado que não a oposição de resistência a ataques estrangeiros. Essa resposta cultural é inconfundível, é marca característica dos primeiros tempos coloniais.

Se acompanharmos a história do Brasil, saltará às nossas vistas a variedade de respostas que se deu, em cada região, em cada Estado, em cada vida, às necessidades de segurança. Estas soluções são inconfundíveis e são transmitidas através da tradição oral ou escrita, através das gerações.

As Polícias Militares são uma das respostas culturais às necessidades comunitárias de segurança da região, do Estado, onde atuam. Cada uma possui uma individualidade própria, uma face que reflete o meio, as tradições, os costumes, o temperamento e a índole local. Têm forma de reagir, de sentir e de operar peculiares. Evidentemente, há traços de universalidade e pontos comuns entre elas, no tocante à destinação legal, organização e metodologia. Porém, o substrato cultural subjaz a cada uma delas, delineando a sua fisionomia.

Podemos, portanto, em linhas gerais, enunciar a "Teoria das Realidades Culturais Diferentes" nos seguintes termos:

“No contexto geral da Sociedade Brasileira, cada comunidade tende a dar respostas culturais peculiares, às suas necessidades de segurança”.

Este o conceito que teremos em mente ao tratar do assunto neste trabalho.

Por outro lado o compêndio de história de uma Corporação é, em última análise, a sua realidade cultural. Ali está expresso o “como”, a maneira pela qual aquela PM respondeu às necessidades básicas de segurança de sua comunidade. A rigor, este estudo deveria ter como metodologia a análise histórica comparativa, para se determinar a forma pela qual cada PM reagiu nos diversos momentos de sua história às carências de segurança da comunidade em que se acha inserida.

Esta análise pode ser feita numa perspectiva “diacrônica”, tendo em vista sucessão de respostas no tempo, ou pode ser feita numa perspectiva “sincrônica”, isto é considerando o momento atual, o presente, sem qualquer alusão ao passado.

Por atender melhor ao objetivo deste trabalho, em nossas considerações sobre a realidade cultural de cada instituição, adotaremos a perspectiva sincrônica, ainda que com uma ou outra incursão no terreno do passado histórico da PM:

b. Generalizações, preconceitos e estereótipos sobre a Polícia.

Dois forças fundamentais marcam o evolver histórico da sociedade brasileira: a primeira, a universalização, representada pela tentativa de imposição de uma estrutura única e comum a todos os Estados, e a outra, a da particularização, consubstanciada nas realidades culturais de cada região.

Desde o período colonial o conflito entre essas duas tendências marcou a vida política e administrativa brasileira, na qual se viram alternarem-se períodos de centralização e períodos de relativa independência dos Estados.

No período imperial, reconhecia-se à Província a faculdade plena para dar resposta própria e independente às suas necessidades fundamentais, inclusive, de segurança.

Somente esta independência explica fatos como o da criação do Corpo de Permanentes nas então Províncias. A Carta de Lei de 10 de outubro de 1831, criava este Corpo no Rio de Janeiro, deixando às demais Províncias inteira liberdade quanto à adoção ou não de semelhante medida.

Daí, o fato de cada PM haver sido criada em datas diferentes.

Cronologicamente, são estas as datas festejadas pelas Polícias Militares brasileiras como registro da efeméride de sua criação:

Distrito Federal: 13 de maio de 1809; Alagoas: 03 de julho de 1812; Sergipe: 28 de fevereiro de 1825; Bahia: 28 de fevereiro de 1825; Pernambuco: 11 de junho de 1825; Paraíba: 10 de outubro de 1831; São Paulo:

15 de dezembro de 1831; Espírito Santo: 06 de abril de 1835; Rio de Janeiro: 14 de abril de 1735; Santa Catarina: 05 de maio de 1835; Ceará: 25 de maio de 1835; Piauí: 25 de junho de 1835; Rio Grande do Norte: 04 de novembro de 1836; Maranhão: 22 de novembro de 1836; Rio Grande do Sul: 18 de novembro de 1837; Paraná: 10 de agosto de 1854; Mato Grosso: 05 de novembro de 1855; Amazonas: 26 de abril de 1876; Goiás: 10 de julho de 1884; Pará: 25 de setembro de 1897.

Em Minas Gerais, o Conselho Provincial reuniu-se a 12 de dezembro de 1831, criando na Província o seu Corpo de Guardas Municipais Permanentes.

A partir de seu nascimento legal, portanto, já se nota que as PM guardam profunda vinculação com a realidade cultural em que se inserem.

Na Primeira República, o forte sentimento de autonomia ainda prevaleceu na independência bastante acentuada dos Estados, que possuíam estrutura semelhante à da União, com Presidente de Estado e sistema bicameral.

A partir de 30, a presença do poder central vai se tornando cada vez mais expressiva, regulamentando as respostas culturais dos Estados às suas necessidades de segurança, através de preceitos constitucionais.

Essa tendência não parou de crescer e modernamente se via reforçada com o aparecimento de um fato novo: a comunicação de massa.

Tal fato trouxe um desequilíbrio em favor da universalização, neutralizando ou quase extinguindo as forças regionais de particularização.

A posição uniformizadora tem prevalecido. Não apenas o cidadão brasileiro, do Oiapoque ao Chuí, sem perder os vínculos que o prendem à comunidade local, pensa em termos de Brasil uno e uniforme, mas também os meios de comunicação de massa, operando em rede nacional, reforçam e realimentam permanentemente esta crença. Há forças que atuam no sentido da particularidade e outras que apontam para a universalidade. Nem sempre há equilíbrio entre essas forças.

Numa perspectiva sincrônica, podemos dizer que o problema enfrentado hoje pela sociedade brasileira é o do crescimento dos índices de criminalidade e o recrudescimento da violência, sobretudo, nos grandes centros, isso a partir do final da década de 70. A sociedade brasileira passou a movimentar-se intensamente em busca de suas causas e na procura de soluções para o instigante problema, batizado com o nome de Violência Urbana. Do ponto de vista antropológico, a sociedade, verificando a inadequação das respostas dadas às suas necessidades de segurança, mobiliza-se no sentido de torná-las eficientes, corrigindo distorções e desvio, suprimindo carências e sanando falhas.

Não há dúvida que a violência não só é fator de inquietação, constrangimento para a sociedade, mas também deteriora a qualidade de vida, minando bases da sociedade, que surgiram para garantir ao homem a satisfação de suas necessidades fundamentais.

Toda sociedade reage e se levanta contra a transgressão às suas normas. Diz Félix Keesing em obra já citada que as sanções sociais, associadas à opinião pública, determinam pressões, em todas as sociedades, de modo a manter a conduta de conformidade com as regras. O homem que cumpre a lei recebe elogio e popularidade, o transgressor de regras é tratado com antipatia, hostilidade e ostracismo.

A movimentação em torno da Violência Urbana, entretanto, se foi benéfica, por sensibilizar os mais variados segmentos para a necessidade de sua erradicação, não caminhou no sentido esperado quando abordou a realidade das PM, seu papel, suas características, suas potencialidades, sua larga experiência em Manutenção da Ordem Pública. Os que falam sobre PM se baseiam não no conhecimento real da instituição, mas em estereótipos, preconceitos e generalizações.

A "Teoria das Realidades Culturais Diferentes", fruto de meditações sobre o fenômeno da Violência Urbana, tem importância na medida em que isola os mecanismos da generalização, delineando o seu perfil e ressonância, sobretudo, como um dos Fatores Intervenientes Básicos da Ação Policial.

Parece-nos importante ressaltar desde já que as PM devem expor a própria realidade cultural sempre que o seu "habitat" for invadido por generalizações oriundas de outras regiões.

Se a imagem da PMMG, num determinado instante, adquire contornos negativos por um insucesso ou ato socialmente reprovável praticado por um de seus integrantes, não é justo que esta situação afete a imagem de co-irmãs que nada têm com o assunto. Os problemas particulares de uma PM não podem ser tratados como sendo de todas as demais Corporações, que têm peculiaridades e características singulares.

É preciso opor a própria realidade cultural as universalizações vindas de fora, na esteira daquela tendência já assinalada. É necessário buscar um equilíbrio entre as forças de unificação e as de particularização. As tendências da PM de Minas não são necessariamente as tendências da PM de Goiás ou da PM carioca. Os problemas que as PM enfrentam no seu dia-a-dia guardam características de grau e amplitude peculiares. Nossa teoria se baseia justamente nisto: as generalizações, desrespeitando realidades culturais regionais, operam negativamente, minando a crença na ausência de risco, elemento subjetivo da Segurança.

Naturalmente, as generalizações têm uma matéria, um conteúdo que precisa ser analisado mais demoradamente.

Já assinalamos em outra parte deste trabalho que a cultura brasileira, como resto, a do chamado Terceiro Mundo, por motivos históricos, é dependente de culturas mais adiantadas — adiantadas, porque, sendo mais antigas, aprenderam a dar respostas mais eficazes às necessidades humanas. Somos "cultura receptora", satélite que gravita em torno de centros difusores, como Alemanha, Japão, Estados Unidos, Inglaterra, etc.

No plano interno, este modelo se repete. Temos nos limites de nosso território os entrepostos difusores de cultura, representados pelas me-

galópoles e metrópoles, que irradiam “respostas culturais avançadas” a outros centros e localidades menores. São Paulo, Rio, Belo Horizonte, Brasília são exemplos de centros difusores. Seja importando, seja criando, é daí que partem para centros menores as mais modernas respostas culturais às suas necessidades básicas.

Assim como uma geladeira, um televisor ou um aspirador de pó necessitam de veículos que os distribuam no território nacional, a matéria das generalizações se transporta através de um veículo, o mais poderoso e veloz que se conhece, a comunicação de massa — livros, jornais, revistas, televisão, rádio, cinema.

O seu poder, portanto, é avassalador.

O centro da imprensa escrita e falada coincide com o centro difusor de cultura. Natural, portanto, que as generalizações provenham de grandes centros e assumam as feições de verdade e verdade dogmática.

Uma imagem, mais ou menos padrão, de polícia, calcada na realidade cultural da metrópole, é projetada por todo o Brasil. Como tentaremos demonstrar, essas generalizações dificilmente se aplicam às pequenas comunidades, onde não existem os problemas enfrentados pelos grandes centros, podendo estes serem considerados até o oposto daquelas, conforme se depreende do quadro abaixo.

ASPECTO	PEQUENOS CENTROS	MEGALÓPOLE
Controle Social Informal	Tendem a ser mais rígidos. Cada cidadão é um verdadeiro policial, defensor das normas morais, éticas e cívicas de sua comunidade. O indivíduo é mais pessoa.	Praticamente inexistente. O cidadão não se interessa pelo que ocorre nesta área, que atribui à polícia. O indivíduo é mais número.
Imponderável Quantificador de Violência	Equilíbrio entre habitante e espaço, entre habitante e emprego. Há famílias tradicionalmente comerciantes agricultores, fabricantes de móveis etc. Ausência de tensão e conflito.	Desequilíbrios violentos entre homem e espaço; entre habitante e emprego. Existe uma massa amorfa «trabalhadora», força de trabalho. Permanente estado de tensão e conflito.
Criminalidade e Violência	Em face dos fortes obstáculos constituídos pela família, religião, moral, ética e civismo, o crime é exceção. A violência raramente se manifesta.	Portão aberto ao crime. Presença acentuada do componente da violência. Crime é quase «regra-geral».
Anomia	De um modo geral, as aspirações do indivíduo são compatíveis com a sua própria realidade. Ênfase no «ser».	Aspirações exacerbadas, incompatíveis com a realidade. Ênfase no «ter».
Solidariedade	Por ser reduzida a comunidade, prevalece a ajuda recíproca, o apoio pessoal e estreitos laços de amizade entre os vários setores sociais.	Reino do individualismo, do egoísmo, da ausência total de compromisso com o destino do outro.

ASPECTO	PEQUENOS CENTROS	MEGALÓPOLE
Estratificação	Limites diluídos entre as classes. Quase ausência de conflito entre as várias camadas sociais.	Profunda assimetria entre os polos sociais. Forte antagonismo entre as classes. Conflitos frequentes.
Mutação	Tendência ao conservadorismo, à submissão aos costumes, às tradições.	Rompimento com hábitos e costumes tradicionais. Transformações violentas.
Estado de espírito	Serenidade, quase ausência de neuroses, satisfação das necessidades básicas de alimentação e segurança.	Turbulência, agitação, loucura, necessidades básicas insatisfeitas, fome, insegurança, miséria.
Mobilidade Social	A cidade doa indivíduos à megalópole. Sua tendência é esvaziar-se.	Recebe levas e levas de migrantes. Sua tendência é crescer, inchar, cada vez mais.
Instituições	Tendências fortalecidas.	Desacreditadas.

A polícia de uma cidade pequena é necessariamente o espelho do estado físico e psíquico da comunidade, assim como o policial da megalópole reage segundo o meio em que se coloca.

Mesmo entre as megalópoles e metrópoles há diferenças que não podem e não devem ser subestimadas.

As idéias preconceituosas e deformantes da polícia não podem deixar de constituir matéria para profunda análise. É preciso buscar a sua gênese e verificar o seu grau de verdade, esclarecendo a opinião pública. Não se trata de polemizar ou de simplesmente rebater afirmações tendenciosas, mas demonstrar que se baseiam em generalizações que, invés de esclarecer, mais confundem.

Sem qualquer preocupação em estabelecer classificação rígida, o que poderá ser feito oportunamente, estabelecemos as seguintes categorias de generalizações, presentes nos veículos de comunicação de massa:

#### 1) Polícia-Repressão

A polícia é vista, sobretudo, pelo Direito, como atividade limitada das liberdades individuais, tendo, portanto, enfatizado o seu papel repressivo. Agiria, através da repressão, contra os interesses sociais. Dentro desse prisma, passa-se fácil a formulações errôneas do tipo:

“polícia é instrumento do arbítrio”

“polícia é autoritária”

“polícia é feita para reprimir trabalhadores”, etc.

Toda vez que se enfatiza este lado, que não é o principal, mas secundário, há a tendência à rejeição, à diferenciação entre polícia e sociedade.

A literatura sobre polícia é rica em abordagens deste tipo, conforme se pode ver nas amostras abaixo:

“Poucas organizações invocam uma avaliação negativa tão consensual quanto a polícia. Entretanto, ela é mais temida que conhecida pelo cientista social brasileiro. Aparece na literatura quando se ocupa da repressão política e, enquanto tal, é vista como cão de guarda das classes dominantes, em instrumento dócil nas mãos de seus mestres. Esta ênfase nas funções políticas da polícia não é de forma alguma irrelevante. Porém, se ela nos diz muito sobre os níveis de repressão no sistema político, informa pouco sobre a organização policial”.

“É bem conhecida a tendência de organizações policiais à execução de funções judiciárias — o “Esquadrão da Morte” constituindo o exemplo mais dramático — ...”

“Os temas da recaltrância e da capacidade de implementação de definições organizacionais da realidade ganham maior nitidez na análise das relações entre a polícia e o sistema legal, do qual ela é formalmente instrumento ou “braço armado”. Na perspectiva instrumental, a polícia implementa a violência (legítima ou ilegítima) do Estado para neutralizar ou eliminar dissidentes políticos, domesticar as classes subalternas e manipular ideologicamente a classe média”. (9).

“Instituída para atuar na chamada luta subversiva nas décadas de sessenta e setenta, como um dos braços do Exército, as Polícias Militares trouxeram para a chamada luta contra a criminalidade, os mesmos padrões de comportamento de então. Esta luta é uma guerra e, como na guerra tudo vale, ela se caracteriza, atualmente, pela maior violência, violência que encontra confirmação no número crescente de assassinatos — sempre dados como decorrência da resistência de grupos armados de delinquentes ou marginais — de que a imprensa dá notícia”. (10).

“Diante desse quadro e da ineficiência da polícia civil, com problemas seríssimos no campo da corrupção e da violência (ainda há pouco alguns fatos vieram a evidenciar torturas em próprios da polícia civil), pode-se ter como certo que a reforma das corporações policiais, para que, de órgãos de opressão de povo, se transformem em organismos que assegurem ao povo tranquilidade no seu dia-a-dia, por depender de transformações institucionais profundas, não será alcançada rapidamente, e vai de-

(9) Paixão, Antônio Luiz: Organização Policial numa Área Metropolitana (Publicação da Fundação João Pinheiro).

(10) Exposição da Comissão Teotônio Vilela, em reunião realizada no Ministério da Justiça, em 07 Mai 85.

pende, ademais, da clareza que se tenha da função policial, de suas finalidades e dos meios para que seus objetivos sejam atingidos". (11).

"Mesmo que a esmagadora maioria da população fosse a favor "da violência contra presumíveis delinquentes para extrair confissões" nós continuaríamos protestando, contra a corrente. Não foi assim durante a ditadura do AI-5 em que todos protestávamos contra a tortura aplicada aos dissidentes políticos, aos nossos amigos, companheiros, parentes? Apesar de expressiva parcela da opinião pública achar que tortura em "terrorista" não fazia mal. Não vejo porque devemos levar hoje em conta a opinião pública, quando os torturados não são mais os nossos amigos, mas as classes populares". (12).

"Segmentos do Exército, sujeitos a um de seus órgãos, a Inspeção Geral das Polícias Militares, as milícias estaduais estão sujeitas, não aos governos locais, mas ao próprio Exército. É o seu treinamento, de contornos nitidamente militares, que têm conduzido a excessos lamentáveis, retratados nos últimos incidentes de Guariba, quando milicianos investiram contra o povo faminto, e o de Pernambuco, onde um capitão insano é obedecido por subalternos e fuzila três pessoas... É a regra militar de que ordens não são discutidas, esquecidas de que a ordem ilegal não se cumpre, mas atuante porque escondida na impunidade dos Tribunais Militares". (13).

## 2) Polícia Violenta e Despreparada

Outra visão que os formadores de opinião pública procuram incutir na sociedade a respeito da polícia é o aspecto da violência e brutalidade com que trata o usuário. A pressa com que se procura condenar o policial que usa de violência é inversamente proporcional à atitude de apatia e indiferença diante da violência que, a todo minuto se pratica contra o agente da lei. Esta última situação parece natural. O silêncio sobre as ações de desaque e do trabalho diuturno de prevenção é regra geral.

O medo da polícia é uma instituição criada e reforçada por estes comunicadores, que postulam uma distância radical entre polícia e sociedade.

A figura do "meganha", policial semi-analfabeto, ignorante e despreparado ainda costuma ser lembrada pelos profissionais de insegurança, a quem não interessa a tranqüilidade pública, embora já não vivamos mais o período histórico marcado pelo coronelismo.

A polícia é tecido do próprio organismo social. Os recursos humanos de que se utiliza provém da sociedade. São recrutados, preparados, instruídos para a sua defesa, destacando para isso alguns de seus integrantes.

(11) Exposição da Comissão Teotônio Vilela, em reunião realizada no Ministério da Justiça, em 07 Mai 85.

(12) Pinheiro, Paulo Sérgio: *Violência: Contra a Corrente* Artigo. (Folha de São Paulo, edição de 27 Mar 84).

(13) Bicudo, Hélio: *«Violência é Resultado de Centralismo Imposto ao País»* (Artigo na Folha de São Paulo, edição de 24 Fev 85).

Por conseguinte, não há qualquer sentido "falar mal da polícia". Quando assim se procede, fala-se da própria sociedade, sem contar os prejuízos que tal atitude acarreta aos seus integrantes.

Polícia, como vimos, dentro da perspectiva antropológica é a resposta cultural à necessidade de segurança do grupo. É, portanto, imprescindível à sobrevivência esse seu papel e atuar contra a própria sociedade.

Não há dúvida de que o cidadão comum não está sujeito a regulamentos e normas disciplinares, características do "status" policial. O civil não possui qualquer parâmetro para a sua vida particular, senão as normas de direito. Não sofre qualquer sanção por descumprimento de preceitos morais, éticos ou cívicos, a não ser a censura interna ou externa do grupo.

Entretanto, deveria louvar e valorizar aqueles que têm sua vida pautada por normas morais, éticas ou cívicas, vendo aí não só exemplo para os demais integrantes da sociedade, como garantia contra abusos e exorbitâncias. Muitos vêem nisso um mal e apontam esse "status" peculiar como razão do distanciamento entre a sociedade e a polícia. A nosso ver, falta compreensão ou sobra má vontade por parte daqueles que assim procedem. O bem e a virtude é meta irrecusável de qualquer ser humano. A obediência às regras de convivência constitui a vitalidade a permanência do grupo social, por ensejarem a segurança, necessidade fundamental do ser humano.

### 3) Efeitos sobre a Ação Policial

#### a) *Fatores Intervenientes Básicos*

A generalização, nivelando todas as polícias, esconde um feixe de fatores, provocando, com isso, uma visão irreal e inadequada de instituição policial.

São fatores que dizem respeito à individualidade de uma determinada instituição — peculiaridades do ambiente físico (espaço) momento histórico (tempo) e percepção externa e interna — que a diferenciam de todas as outras instituições existentes dentro e fora do país considerado.

#### (1) Fator Tempo

O estudo do fator tempo nos informa sobre a forma e condições com que uma sociedade responde às suas necessidades de segurança num determinado período histórico.

As autoridades brasileiras, ao tempo de D. João VI, no Vice-Reinado, estavam mais preocupadas com a segurança do monarca português, perseguido por Napoleão, que propriamente com a segurança pública. A prioridade era criar um mecanismo para proteger "de espíões a agitadores franceses, enfim, um corpo policial de caráter político, que resguardasse a Corte, e o mantivesse informado de idéias liberais trazidas pela Revolução France-

sa e mesmo sobre o comportamento de sua esposa, a Princesa Carlota Joaquina, bem como de seus ministros, cortesãos e políticos influentes". (14)

Fruto de conjuntura, esse período passou e, com ele, a necessidade de preservar a segurança pessoal de D. João VI contra o inimigo francês e suas idéias liberais.

Veio a Independência e a reorganização da estrutura político-administrativa do país. O primeiro reinado durou pouco mais de oito anos. D. Pedro I abdicara do trono em favor de seu filho, Pedro II, ainda menor. A Regência assumia o encargo de governar o país.

Neste período, "a situação político-militar do nosso cambaleante Império era assustadoramente caótica. Os exaltados defendiam o federalismo, enquanto os conservadores lutavam pela manutenção da unidade nacional. As tropas cariocas estavam contaminadas pela corrente anarquista do liberalismo desenfreado". (15)

Esta situação ensejou a adoção de medidas salvadoras. A Regência Trina "entendendo ser de bom aviso, a criação de um corpo, disciplinado e de seleção, que a um tempo protegesse os cidadãos e atemorizasse os turbulentos armados, ainda não desafeiros, excessos, incumbiu ao Major Luís Alves de Lima e Silva, mais tarde Duque de Caxias, a organização do Corpo de Municipais Permanentes, ao qual coube prestar bons serviços à abalada ordem pública". (16)

Durante o Segundo Império, a períodos de relativa paz, sucediam tempos de turbulência, das quais as corporações policiais eram chamadas a participar, ao lado de suas missões de proteção, socorro e recondução.

Guerra do Paraguai, Revolução Farroupilha, e tantas outras tiveram sempre o concurso das forças policiais estaduais, tendência permanente em nossa doutrina de emprego, cujos resquícios ainda hoje permanecem.

Com o advento da República, um novo tempo se inaugura. Calcada na Constituição Americana, nossa Carta de 1891, dava plena autonomia aos Estados: "Cada Estado provê suas próprias necessidades, e a União só acudirá em caso de calamidade. O governo federal não pode intervir nos Estados, a não ser para repelir invasão estrangeira, manter a forma republicana, restabelecer a ordem e assegurar a execução das leis federais".

Acentuando-se a tendência de autonomia, os Estados legislavam sobre as suas polícias, que podiam, assim, atender com mais presteza e exatidão os aspectos e peculiaridades regionais.

Entretanto, os Estados, sob o regime de descentralização, não encontravam uma forma de conduzir o país sem atropelos na ordem política.

(14) Santos, José Nunes dos: A Polícia Civil, Ligeiro Escorço Histórico. Revista da OAB, n.º 22, RJ.

(15) Floro, Leozitor «Epítome da História da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais». Suplemento Especial — 143 Anos da PMMG — 1974.

(16) Floro, Leozitor: Idem, obra citada.

Crescia a animosidade e o antagonismo entre si, sobretudo, quando interesses políticos das oligarquias conflitavam. As polícias eram utilizadas na defesa militar das fronteiras do Estado. Eram instruídas tendo em vista esse tipo de missão.

A Revolução de 30 é o marco de um novo tempo na vida política e econômica do país. Para os Estados-Membros significou perda de parte de sua autonomia. Pela primeira vez, uma Constituição, a de 1934, refere-se às polícias estaduais.

É o primeiro esforço de um sistema de Segurança Pública com definição ainda imprecisa dos elementos componentes, mas que, através de lenta evolução, chegou a implantar-se em 1964 e aperfeiçoado nos anos seguintes.

Como se pode depreender, o fator tempo nos oferece uma visão completamente diferente da realidade da polícia em nossa pátria. O mesmo ocorreria, se tal método fosse empregado na análise das instituições de um modo geral, como a Justiça, o Sistema Penal etc.

Conforme observa Virgílio Luiz Donnici, já "tivemos juízes de vinterna, almotacés, juizes ordinários, juizes de fora, juizes dos órfãos, juizes das sesmarias, juizes do crime nas cidades do Rio de Janeiro e da Bahia, os Ouvidores de Comarca, os provedores de defuntos e ausentes, as Juntas de Recurso à Coroa, os Juizes dos Feitos da Misericórdia do Rio de Janeiro, o Juiz Conservador do Hospital dos Lázarus, o Juiz Privativo do Banco do Brasil, o Juiz Privativo da Caixa de Desconto da Bahia, o Juiz Conservador dos Ingleses, e uma série de outros Juizes".

A polícia é uma instituição imprescindível e necessária a todo grupo humano organizado. Fica esquecida nos momentos de prosperidade e paz, embora seu trabalho seja incessante e diuturno. Nos momentos de crise lembra-se dela numa perspectiva sincrônica, fazendo vir à baila preconceitos, idéias pré-concebidas, generalizações, porque é mal-conhecida, é mal-estudada.

## (2) Fator Espaço

As respostas culturais às necessidades de segurança variam também no espaço.

Cada comunidade enfrenta problemas próprios, típicos, locais. Cada país tem a sua questão básica não solucionada, fonte de tensão, conflito, agressão, quebra da ordem pública.

Virgílio Luiz Donnici, em "A Criminalidade no Brasil" (17) ao analisar a tendência criminal na sociedade moderna, mostra os problemas enfrentados pelos vários países, no tocante à segurança pública:

---

(17) Donnici, Virgílio Luiz: «A Criminalidade no Brasil» (Forense, 1984).

*“Estados Unidos.* Se New York possui 31 vezes mais casos de assaltos a mão armada do que em Londres, se Filadélfia tem 44 vezes mais homicídios dolosos do que em Viena, se Chicago tem mais roubos do que o Japão inteiro, se Los Angeles tem maior número de viciados em drogas do que toda a Europa Ocidental, então temos que concentrar nossos esforços nos males econômicos de New York, Filadélfia, Chicago e Los Angeles”.

Assinale-se que em 1975, a taxa de homicídios dolosos das grandes cidades americanas, era a seguinte: Nova York: 1640; Chicago: 818; Detroit: 594; Los Angeles: 574 e Filadélfia: 418.

Trabalhos recentes vêm demonstrando, no entanto, que haverá uma diminuição da criminalidade na década de 1980, por razões demográficas. Os Estados Unidos estão agora, nas grandes cidades, especialmente em Nova York, num clímax de violência, por força de uma enorme delinqüência juvenil. Ver “The youth crime plague” (*In: Time*, agosto de 1977), onde se discute o problema do discernimento e a idade dos infratores.

*Inglaterra.* Existe atualmente uma escalada do crime, com uma superpopulação carcerária (41.200 reclusos em 1976, para 40.808 em 1975), anotando-se um total de 1.568.375 delitos, para 1970 e um total de 2.105.631 para o ano de 1975, incluindo-se o País de Galles. Apesar do que os ingleses chamam de violência, Londres acusou 146 homicídios para o ano de 1976, o que, comparado com São Paulo e Rio de Janeiro, deixa-nos atônitos, eis que a nossa média diária é de 5 homicídios dolosos.

*França.* É um país que teria de sofrer as conseqüências da Segunda Grande Guerra, além dos problemas decorrentes da Argélia e a mudança das condições políticas das suas colônias, chegando a uma taxa assustadora de homicídios dolosos em Paris (ano 1973 — 420; ano 1974 — 535) e aumento dos furtos e assaltos, assinalando-se que os delitos e os crimes tiveram o seguinte aumento: ano 1967: 947.028 e ano 1976: 1.823.953.

*Alemanha Ocidental.* É exemplo moderno de uma sociedade estável do ponto de vista econômico e financeiro, com uma polícia altamente técnica, mas Berlim Ocidental, já acusando 187 homicídios dolosos no ano de 1974, para uma população de 2.027.000 habitantes, o que é uma taxa elevada, sem falar nas atividades terroristas e radicalíssimas do grupo Boader-Meinhof, cuja última atividade foi a morte do industrial Hanns-Martins Schleyer (setembro/1977).

*Rússia.* Pouco se sabe sobre a criminalidade na Rússia, à exceção dos Professores Vladimir Kudryatsev, Diretor do Instituto de Estado e Direito da Academia de Ciências da União das Repúblicas Soviéticas e V. K. Zvirbul, Diretor do “All-Union Institute for the Study of the Causes and Elaboration of Measures of the Prevention of Crime” Ambos publicaram livros (Zvirbul: *Ação do Ministério Público na Prevenção do Crime*, —edição 1971 e Kudryatsev: *Criminologia Soviética*, edição 1966), onde sustentam que a ideologia comunista destrói as raízes do crime e que a criminalidade é característica dos países capitalistas.

Em 1970, por ocasião do VI Congresso Internacional de Criminologia (Madrid), o Professor Zvirbul informava que nas Repúblicas Soviéticas existiam 35 centros de pesquisas criminológicas. Por ocasião do Quinto Congresso das Nações Unidas (Geneve, 1975), Kudryatsev ao proferir conferência sob o título "A prevenção do crime e a revolução científica e técnica (fazendo uma comparação da criminalidade em seis países capitalistas (Itália, Japão, Países Baixos, República Federal Alemã, Suécia e Estados Unidos) e com países socialistas (Tchecoslováquia, Hungria, Polônia, República Democrática Alemã e União das Repúblicas Soviéticas), afirma que nos capitalistas houve, no período 1960-1970, um aumento de 176%, enquanto nos socialistas houve uma diminuição de 12%, significando uma falta de seriedade, comentários desta natureza.

Todas estas informações são no entanto desmentidas por diversos boatos na imprensa mundial, onde se vê que Moscou e Leningrado apresentam os mesmos problemas que Nova York ou Rio de Janeiro. Leia-se *O Estado de São Paulo* de 2 de abril de 1977, sob o título "A delinqüência atinge a sociedade soviética", por onde se vê o crescente aumento da delinqüência juvenil, bem como os crimes motivados pelo álcool, anotando-se que o controle das armas pelo Estado, não traz a criminalidade violenta com "armas de fogo".

Há situações, peculiares a certas regiões, que condicionam ou determinam a maior atenção de uma instituição policial, exatamente por serem as que mais preocupam as respectivas comunidades, em certo momento:

- Assalto a transeuntes;
- Trombadinha, gavioleiro, avião;
- Arrombamentos;
- **Estupro;**
- Acidentes de trânsito;
- Prostituição;
- Assalto a bancos;
- Droga;
- Furto de gado;
- Crime organizado;
- Esquadrões da morte;
- Polícia "mineira";
- Choques raciais, etc.

### (3) Fator Percepção

#### (a) *Percepção Externa*

Não só ostensividade da polícia, que é ponto de referência para a população facilita o trabalho preventivo, faz dela uma presença notada,

vista e observada, mas também a sua forma de atuação, o conceito da instituição são elementos de sua percepção externa por parte do usuário.

Aí também podem ocorrer distorções, mais pelo velho hábito “de falar mal da polícia”, que por questões fundamentadas em fatos concretos, mais por interesses subalternos — “porque está em moda passar por liberal” — que propriamente por um desejo sincero de solucionar problemas.

Comunicadores, líderes e educadores fazem sobressair apenas o lado menos agradável da atividade policial — a restrição da vontade livre individual — lançando cortina de fumaça ao lado positivo e mais importante da proteção, socorro e recondução da sociedade.

Antes de qualquer outra consideração neste sentido é preciso também desfazer a idéia de que a polícia é diferente ou estranha à sociedade que defende. Tanto quanto o hábito de “falar mal da polícia” há a tentativa ou a postura de fazer vistas grossas para essa realidade: a polícia é tecido do mesmo organismo social, que sofre profundas influências do meio ambiente em que atua.

O policial, embora se submeta a um regime de vida diferente do civil, habita numa determinada rua, tem o seu círculo de amigos carrega uma herança familiar, tem esposa e filhos situados num determinado ambiente social. Como a instituição não tem personalidade própria, mas é a soma das individualidades que a integram, pode-se dizer que a polícia repete a sociedade, nos seus traços culturais.

O problema da percepção é condicionado por inúmeros fatores de ordem social, política e até psicológica. Pode-se explicar a situação conflitiva do cidadão diante da polícia pela teoria psicanalítica, desenvolvida por Freud.

O superego, segundo Freud, é a força de censura e de controle do “ego” e do “id”. A simples presença da polícia já causaria desconforto e inquietação. Wilson de Lyra Chebabi (18) ilustra muito bem esta situação, lembrando uma peça de Priestley, em que os elegantes participantes de um jantar são tomados de estranha sensação quando o mordomo lhes anuncia que “está lá fora um inspetor”. No decurso do drama, diz Chebabi, não são as acusações feitas pelo inspetor de polícia que incriminam qualquer um dos personagens e sim a perseguição de que cada um é tomado.

A teoria psicanalítica mostra que, desde a mais tenra idade, a vontade individual livre se esbarra nas limitações da realidade. Os instintos, representados pelo “id”, tendem à satisfação a qualquer preço, sendo refreados pela figura paterna, intermediação entre a concupiscência e razão. O

(18) CHEBABÍ, WILSON DE LYRA: Notas para um Estudo: Política e Psicanálise, Revista da OAB, n.º 22 — RJ.

pai, “embora interditor da cobiça irrestrita da criança é também protetor e o defensor da mesma, não só contra as ameaças arrasadoras do mundo exterior como também contra a ferocidade das exigências pulsionais advindas do interior”. (19)

Também, neste campo, não há lugar para generalizações. Há polícias que não são afetadas pela ação, felizmente, isolada, de profissionais pouco conscientes de seu papel social, e gozam de credibilidade e da confiança da população.

Há locais em que a índole do povo favorece a percepção isenta e destituída de qualquer idéia preconcebida. Nestas comunidades, sabe-se distinguir o que é apenas comportamento emocional e o que é julgamento isento.

#### b) Percepção Interna

Há ainda a condicionar a ação policial a percepção interna, ou seja, o modo como cada integrante vê a Corporação a que serve.

Aí também atuam os fatores culturais peculiares a cada comunidade, de cada região.

Deve-se pensar que cada integrante é responsável, no final da linha, pela resposta propriamente dita às necessidades de segurança da comunidade. Ele representa a Corporação, pois esta não passa de ficção — é o somatório de todos os indivíduos.

A percepção interna, enquanto influenciada por fatores culturais típicos, exerce poderosa influência na neutralização da desinformação, tornando inócuo o trabalho daqueles que projetam a própria subjetividade no trato com o problema.

A coesão interna, a consciência profissional, o zelo pela imagem, solidariedade, são valores que a instituição policial não só busca inculcar nos seus integrantes, mas que também espera ver alcançados.

Atuando em sentido contrário está o meio-ambiente circundante e a própria personalidade de alguns que instrumentalizam as PM para satisfação de interesses, que nada tem a ver com a missão institucional dessas Corporações.

A generalização é, também, aí, danosa, porque frustra o esforço daqueles que tudo fazem para corresponder àquilo que a Corporação e a sociedade deles esperam e vêem destruído esse esforço pela ação dos profissionais da insegurança.

---

(19) CHEBABI, WILSON DE LYRA: *Idem*, obra citada.

#### 4. C O N C L U S Ã O

“É preciso suportar duas ou três larvas, se quisermos conhecer as borboletas”.

“Exupèry”

Chegamos ao momento crucial de pingarmos o ponto final em mais um de nossos colóquios. Uma dúvida, inevitável, aflora à nossa consciência. Quando nos propusermos a discorrer sobre a “Teoria das Realidades Culturais Diferentes” tínhamos objetivos variados. Será que os atingimos? Conseguimos transportar para as mentes de nossos ouvintes o cerne, o “leitmotiv” da nossa troca de idéias?

É temerário afirmar que sim. É doloroso afirmar que não.

Entretanto, se considerarmos que somente há alguns anos assuntos como este passaram a ser discutidos e a constituir objetivo de nossa curiosidade, já não nos parecerá tão temerário o nosso sim.

A nossa posição é a de neófitos que não desejamos ser atropelados pelos tempos modernos, mas, ao contrário, queremos decolar e alçar vôo rumo ao futuro, que já se desenha nos horizontes de nossa pátria.

A nossa resposta às necessidades de segurança da sociedade brasileira precisa de atingir elevados padrões de qualidade. Não podemos esperar vencer a criminalidade e a violência sem desenvolver nossas próprias concepções, sem empregar a nossa multiseccular experiência, sem participar efetivamente do esforço que se faz para compreender o fenômeno em suas causas e efeitos, sem buscar graus excelentes de interação comunitária.

A visão antropológica da função policial nos revela que a sociedade, para ver satisfeitas as suas necessidades de segurança, encarrega-nos de satisfazê-la.

Natural, portanto, que o conhecimento a respeito do “como” cumprir esta nobilitante missão seja alvo de permanente preocupação.

Estamos começando. Estamos suportando larvas. Porém, não tardará o dia de conhecermos as borboletas — ou seja, o instante em que a PM será, enfim, reconhecida como o principal, o mais efetivo e o mais adequado instrumento de proteção, socorro e recondução da sociedade.